



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
O Partido Comunista Italiano no governo de coalizão e as lutas meridionais (1945-1947)			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Andreia Pagani Maranhão	Universidade Estadual de Campinas	Unicamp	Doutoranda
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
Baseado nos discursos do Partido Comunista Italiano e no panorama político-econômico da Guerra Fria, pretendo evidenciar como a estratégia da via democrática solidificou uma reforma agrária neoliberal na nascente democracia italiana e se demonstrou imprópria para enfrentar a luta de classes do ponto de vista revolucionário. Privilegiando a unidade com os democristãos e a pequena burguesia, a direção majoritária do PCI derrotou as diferentes posições internas no partido e submeteu organizativamente as lutas camponesas à ordem burguesa forjando um apassivamento junto às massas.			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Partido Comunista Italiano; Questão Meridional; pós-II Guerra			
ABSTRACT			
KEYWORDS			
EIXO TEMÁTICO			
Marx e a transformação social			

O Partido Comunista Italiano no governo de coalizão e as lutas meridionais (1945-1947)

Andreia Pagani¹

Transição pós-guerra. Marcados pelo signo do antifascismo resistencial, os anos de 1945 a 1948 apareciam como decisivos aos olhos dos comunistas. No drama do momento, aquele era "o período de transição em que concretamente se teria que redefinir a ordem da sociedade e do Estado, as relações entre as classes e as respectivas condições de vida; programar a reconstrução econômica e o posicionamento internacional do país" (MAGRI, 2011, p. 66). Embora a esquerda tivesse um peso importante pela Resistência, o 'vento do norte' e suas manifestações de insurreição nacional, "o poder não passava, nem em parte nem por completo, às mãos dos CLNs,² tal como estava previsto": a moderação foi fruto da situação emergencial do aparato produtivo, da política externa, da burocratização das funções administrativas elementares, das dificuldades eleitorais que tornavam a esquerda uma fração minoritária, da emergência democristã. Num cenário de forte crise entre as grandes potências antifascistas, tais elementos justificam a linha política adotada pelo Partido Comunista Italiano.

Como se desenvolveram as medidas progressivas da democracia no governo de coalizão? Como e quais demandas camponesas foram articuladas para resolver o problema da concentração fundiária e das relações feudais no campo?

A libertação & a independência

Como um campo de recrutamento de soldados, feudalizado, a Sicília foi um território-alvo da guerra imperialista. O cultivo foi bruscamente diminuído, fruto da política de industrialização

¹ Doutoranda em Ciência Política – UNICAMP.

² Comitês de Liberação Nacional. Entendidos como instâncias de onde nasce a democracia, a proposta inicial dos comunistas para a transição democrática era que os CLNs funcionassem como soviets. Tal conceituação é genérica e difusa: na prática, os CLNs tinham características particularizadas e devem ser vistos em relação às brigadas que os dirigiam.

fascista. Os preços aumentaram num quadro crônico de desemprego, e os trabalhadores sicilianos encontravam-se 'desqualificados' para as exigências da agroindústria. Os índices de alcoolismo e violência aumentaram entre os trabalhadores, que aderiam comumente a seitas ruralistas em defesa da “terceira via”, neste caso, associada ao discurso reminiscente do fascismo (cf. Vittorio, 1977). Conexamente, a Sicília foi a terra da luz. Tropas estadunidenses e britânicas desembarcaram na ilha em 10 de julho de 1943, com 855.000 homens, 4.000 aviões e 3.000 navios, libertando toda a Itália. Participaram da “Operação Husky” o general Eisenhower, comandante supremo das tropas aliadas; Harold Alexander, comandante geral das expedições; Bernard Montgomery e George Patton, chefes de duas tropas armadas britânicas. A operação fortaleceu as potências aliadas e a diluição do fascismo, imprimiu sentidos liberalizantes à vida econômica, política e social do país e pôs fim preventivamente às possibilidades abertas pelas lutas da Resistência.

O general Eisenhower propôs, como medida de transição democrática, a administração conjunta anglo-americana, dado que as potências libertadoras deviam participar das decisões políticas dos países libertos. Conforme Pietrancosta, o 'governo indireto' projetado pelo general manteve as estruturas estatais preexistentes, inserindo no governo elementos das elites tradicionais da Sicília e dos comandos militares aliados (Pietrancosta, 2010, p. 2-4).³ A partir da administração anglo-americana, foi criado um conselho de prefeitos, instância que reunia os componentes antifascistas para discussões com os representantes do governo; um comitê alternacional de gestão da magistratura; e a instituição de uma agência pública que centralizasse as ofertas de trabalho, antes a cargo dos sindicatos. O objetivo dessas instâncias partilhadas era forjar um amplo pacto de respeito às decisões políticas emanadas da ilha (cf. Pietrancosta, 2010, p. 2-4).

No inverno de 1942, o fascista Andrea FinocchiaroAprile⁴ contactou grupos independentistas sicilianos e expoentes da política pré fascista como Salvatore Aldisio e Francesco Musotto. Aprile procurou unificar os grupos independentistas num movimento suprapartidário, que incluísse diversas tendências políticas. O Movimento Independentista Siciliano - MIS tinha como objetivo construir uma plataforma política de bases amplas que conduziria a um Estado democrático conservador. Em 1943, Aprile se aproximou das forças aliadas, e passou a enviar-lhes cartas com sugestões políticas: um plebiscito, que respeitasse a autodeterminação do povo siciliano, para a constituição de um governo provisório, democrático e soberano que depois seria federado com os outros estados

³ Por exemplo, os generais Alexander e Rennel tiveram um papel proeminente no governo militar da ilha, o tenente coronel Poletti à frente das relações civis (Civil Affairs) (cf. Pietrancosta, 2010, p. 4; Romeo).

⁴ Andrea FinocchiaroAprile (*26/06/1878 +15/01/1964). Advogado de profissão, como político foi o principal expoente do Movimento Independentista Siciliano – MIS. Em 1919, foi Subsecretário da Guerra e aderiu ao fascismo durante a guerra da Etiópia.

italianos. Buscou alinhar-se aos estratos políticos e intelectuais sicilianos, e assim, 'a república siciliana' ganhou repercussão, sendo desenvolvida na direção do modelo alemão.

Em outubro de 1944, Aprile inicia a movimentação para militarizar a organização em parceria com o ex-fascista republicano Antonio Canepa, que iniciou o recrutamento para o EVIS (Exército Voluntário pela Independência da Sicília). Canepa foi assassinado em 17 de junho, durante uma ação demonstrativa, e após sua morte, Aprile se aproxima da GRIS (Juventude Revolucionária Independentista Siciliana), agrupamento militar de matriz aristocrático-agrária, que defendia a 'virtude feudal', e através deste grupo, consolidou a juventude do MIS. Nos anos de 1944 e 1945, Aprile assina vários textos na imprensa inglesa, na "Overseas New Agency", no "Times" e no Congresso Nacional do Movimento Independentista da Sicília, ocorrido em 15 de Abril de 1945 na cidade de Palermo, procura estreitar relações com a esquerda, afirmando que a causa separatista era consequente com a causa operária e as lutas camponesas. Declara solidariedade aos partisans, identificando o comunismo e o socialismo com o unitarismo, de tal modo que o interesse coletivo – aquele dos trabalhadores – foi subordinado ao privado. No terceiro congresso do MIS, o movimento aceita plenamente o regime republicano. Paci e Pietrancosta concluem que o separatismo siciliano envolveu em três fases: separatismo-republicano, federalismo-republicano e monarquismo (cf. Paci e Pietrancosta, 2010). Em Roma, a reaparição formal do fascismo – que, após o justicamento de B. Mussolini – utiliza o emblema da democracia para voltar a cena política (Partido Fascista Democrático, fundado em outubro de 1944), acirra ainda mais as tensões internas da coalizão governante.

Interlúdio

Como resposta à movimentação de Aprile, que rapidamente costurava um consenso armado em torno de suas ideias, os partidos antifascistas da resistência (PCI, PSI, PdA e DC) construíram uma polêmica com os separatistas, propondo uma república siciliana como centro propulsor da 'União das Repúblicas Italianas'. Ao fim de 1944, era a tática dos partidos que se expressava nas massas: a DC tinha 47 mil inscritos na Sicília e o PCI, 46 mil. Os sindicatos e cooperativas A plataforma autonomista – expressa na existência do plebiscito regional – se tornou a pauta dos partidos antifascistas, que apostavam na autonomia administrativa como mediação ativa à independência fictícia dos separatistas. No quadro da democracia progressiva proposta pelo PCI, o Estado se autonomiza radicado na democracia dos CLNs, absorvendo as estruturas institucionais já existentes. A ação dos comunistas buscava aglutinar as massas camponesas, implementar uma federação regional de comunas juntamente com os socialistas. A DC já era bastante antiseparatista,

e tratava os 'extremos opostos' como iguais, capturando os filiados com uma ideia de renovação democrática.

Entre os dias 25 e 27 de fevereiro de 1945, ocorreu a primeira sessão da Consulta regional siciliana. O secretário do PCI siciliano, Girolamo Li Causi,⁵ discursou contra o autonomismo reacionário e a colonização inglesa-estadunidense na ilha. Para ele, a Consulta era a primeira conquista democrática, pela qual a Sicília adquiria autonomia sobre o Instituto Regional Siciliano (construído pelo governo anglo-americano), tornando-o “um órgão popular no qual os sicilianos pararão de ver a burocracia interceptando seus desenvolvimento” (LI CAUSI, 1945, p.9).

As guerrilhas na Sicília colocavam diversas questões para a direção do PCI, que teve que desprender muita de sua capacidade organizativa. Li Causi imprimia um conteúdo de classe à sua ideia de autonomia, aproximando-a da emancipação, da luta política. Sem destruir a propriedade privada, a autonomia era aquela dos senhores da terra, dos patrões do latifúndio e dos industriais. Em geral, abstratamente, a autonomia não enfrenta os problemas que impedem o desenvolvimento democrático da região, ligados à propriedade privada do latifúndio e da grande indústria do norte. O Estado italiano continua sendo “burocrático, policialesco e militarista” (LI CAUSI, 1948, p. 22-24).

Palmiro Togliatti, presidente do Partido Comunista Italiano, considerava o separatismo siciliano uma questão interna, expressão de uma dificuldade conexas à formação do PCI, de uma fase anterior à luta de classes, uma repercussão do problema de uma organização de massas; limitava a ação do partido e sua capacidade de penetrar nos diversos estratos da sociedade para enfrentar o adversário principal, que era o grande latifúndio (grande proprietária terriera) (apud GALLERANO, 1982, p. 1065). Em 5 de maio 1946, entrou em vigor o estatuto autonomista siciliano.

O Partido comunista se mostrou favorável a uma hipótese de Governo regional que respeitasse os critérios de composição dos governos de unidade nacional sem os monarquistas e a direita, enquanto a Democracia Cristã propunha um Governo regional 'depurado' dos extremos, portanto sem a direita e os comunistas. Outra proposta foi aquela de um governo monocolor tendo a frente o deputado socialista Castiglione. Como solução final prevaleceu a escolha de um monocolor democristão guiado pelo mesmo Giuseppe Alessi, que se tornou assim, o primeiro presidente da região siciliana. A presidência da Assembleia foi assumida pelo liberalqualunquista Ettore Cipolla (Pietrancosta, 2010, p.12).

Siciliano-meridional

⁵Girolamo Li Causi (*01/01/1896 +14/04/1977) entrou no PCI em 1924, participando em 1926 da redação do jornal Unità. Em 1928, foi preso pelo fascismo e condenado a 21 anos de prisão. Liberado em 1943, tornou-se Partisan e militante do CLNAI. Foi girado para a Sicília, com o objetivo de construir o partido na região. Depois da restauração, foi eleito deputado da Assembleia Constituinte e até 1972, ocupou vários cargos no parlamento, inclusive o de senador.

O nascimento do partido novo representou para o Mezzogiorno (região ao sul da Itália) uma ruptura com o modelo precedente, maximalista. Estava em curso a elaboração de um instrumento de organização nacional, de massa e de governo, no qual as “portas” do partido estavam “abertas” a todos os “trabalhadores e camponeses honestos”, sem distinção ideológica e sem debate programático preliminar. A partir da resolução da Conferência de Napoli (17 e 18 de junho de 1944), as formas organizativas se tornaram extremamente simples e a célula (núcleo por local de trabalho) passou a ser considerada como uma possibilidade – não exclusiva – da vida partidária. O “atraso” das massas meridionais era o principal motivo para que a organização se tornasse flexível, flexibilidade que na verdade significava pouca centralização, poucos debates e espaços organizativos. A fragilidade da organização era identificada já em 1943 e 1944 pelos dirigentes regionais, conforme as cartas de Ignacio de Lena e de Bruno Mangiola⁶ à direção nacional. O primeiro fala que «a conferência deveria reconhecer algumas deficiências no funcionamento das células devido a insuficiente preparação dos companheiros»⁷, enquanto o segundo, mostrando que os filiados desconhecem a importância dos organismos de base, apresenta a necessidade de «fazer de tudo, de modo que em pouco tempo sejam persuadidos».⁸

A linha de um partido de massas se confrontava com a dificuldade organizativa das regiões camponesas, mas a conferência meridional deliberou que as células constituídas sobre os locais de trabalho constituem a *forma normal* de organização do partido. O que estava em questão era a possibilidade de um partido controlado pela base, politicamente preparada pela direção ou a incerteza da centralização personificada, que diga-se de passagem, era em sua maioria composta por militantes do norte do país e estava, naquele momento, hegemonizada pelos quadros que compunham o governo (cf. AA.VV. 1982, p.220-226). A defesa da célula partidária era, neste sentido, a proposta de contituidade de um partido leninista contra o rebaixamento programático que se impunha pelo alargamento das bases dispersas. A democracia parlamentar em geral derrotou a democracia de classe. A fala de Di Donato, dirigente regional na região da Puglia, exprime essa outra discordância, que se perpetuou ainda durante os anos de 1945 e 1946:

⁶ Militantes da Coluna Garibaldi durante a Guerra da Espanha, dirigentes partidários e também prisioneiros do fascismo. Em torno de suas ideias, eles organizavam um círculo intelectual bastante amplo e influente na região da Calabria, e eram, naquele período, membros da direção regional do partido.

⁷ Carta de Ignacio de Lena à Direção Nacional do PCI, escrita em 14 de dezembro de 1944. IG, APC, 063/722, Messina 1943-1944, AA.VV. 1982, p. 1065.

⁸ Carta de Bruno Mangiola a Togliatti, escrita em 28 de maio de 1944. IG, APC, 063/520, Reggio Calabria 1943-1944, AA.VV. 1982, p. 1065-1066.

Naquilo que diz respeito à célula, nós devemos repetir e insistir que a base do nosso partido é a célula, a célula é o partido. Não podemos aceitar outras estruturas organizativas e somos convictos que também na nossa província, tendo em conta que a ampla maioria do nosso partido é composta de trabalhadores agrícolas (braccianti), analfabetos e semianalfabetos, nós devemos insistir e deve ser este o nosso cômputo de 1946 para tornar ativas sejam as células de fábrica, sejam aquelas de estrada. Nós não excluímos especialmente nos pequenos povoados, a oportunidade de assembleias de seção (sezionali), mas pretendemos o funcionamento da célula. Os companheiros devem ter em conta que a célula pode pretender todas as medidas organizativas e todas as iniciativas políticas e de outros gêneros. Os companheiros devem se convencer que o partido é a célula e que por isso a célula tem todas as funções do partido (AAVV, 1982, p 1066).⁹

Como observam os historiadores Bernardi e Gallerano, se confrontam duas tendências no interior do PCI. Segundo Gallerano, a linha majoritária, corresponde a uma autodefinição e uma imagem do partido marcadas pela desideologização do filiado e pelo apelo moral como aspecto distintivo do comunismo. A segunda se refere ao apego às formas tradicionais de organização que visavam um maior controle das funções do partido pela base (GALLERANO, 1982, p. 1068). Para Bernardi, os dirigentes conformavam dois blocos com visões distintas do papel que o partido deveria cumprir: para Gullo, Togliatti e Di Grieco, a reforma representava a ocasião para que os camponeses “adquirissem maior importância política, movendo-se internamente às instituições”, enquanto para Sereni, Grieco e Griffone, a legislação impunha uma veste legalitária aos movimentos, que deveriam ao contrário, construir “mobilizações classistas e potencialmente revolucionárias” (BERNARDI, 2007, p. 285).

A primeira linha é a linha vitoriosa, embora seja largamente documentada a discrepância que o partido meridional registra em relação à linha nacional. A formulação específica para a organização dos camponeses era frágil, limitada praticamente a críticas às ações das reformas e às deliberações gerais. A linha do novo partido foi marcada pelo imobilismo da direção majoritária contra as iniciativas políticas de separatismo, sobretudo na Sicília. Para De Felice, estava colocado o exaurimento e a incapacidade de organização política e intelectual, cujas matrizes remontavam a experiência pré-fascista, sejam aquelas de cunho democrático (com o importante papel de Guido Dorso à frente das massas meridionais), assim como as clientelísticas (encampadas pelos setores democrático-liberais). «Como reconverter positivamente um regime autoritário da massa em desagregação? Como intervir, organizar e orientar as grandes massas a um movimento de ruptura com os esquemas reacionários nos quais eram inseridas?»(DE FELICE, 1977, p. 38-41).

A tática utilizada pelo governo passa a ser a de construir “consensos” com os movimentos, que se por um lado permite algumas conquistas parciais de cunho reformista, por outro, mantém intacta a situação de subdesenvolvimento no sul do país. Esta linha não pode ser tomada como

⁹ Relatoria de Alberto Pacielli do IV Congresso da Federação de Bari, ocorrida entre os dias 19 e 21 de outubro de 1945. IG, APC, 091/188-189 (idem, ibidem).

sendo apenas da DC ou das forças aliadas, pois também foi a linha defendida por Togliatti em sua relatoria ao comitê central do PCI, escrita em 18 de setembro de 1946.¹⁰ Depois de falar sobre os prejuízos políticos caso o PCI fosse expulso do CLN, Togliatti apresenta sua avaliação de que a massa se movimenta a partir de “orientações messiânicas” e que os partisans confundiam revolução e mudanças sociais profundas. Para o chefe do PCI, a situação é crítica, pois existe uma ameaça concreta de represália dos fascistas e de outras forças reacionárias, como aquelas representadas pela igreja e pelo qualunquismo, também influente nos setores separatistas. Neste documento, Togliatti defende o “novo curso” para a política econômica como palavra de ordem central ao partido. Para isso, na formação do novo governo, a política econômica de «exploração (sfruttamento) de todas as capacidades produtivas de modo que se possa reabsorver o máximo de desocupados e reduzi-los ao número mínimo» é um dos princípios fundamentais (TOGLIATTI, 1946, p. 511).

A medida democrática mais importante conquistada no pós guerra foi o decreto ministerial “Granai delpopolo” (Grãos do povo), de 30 de junho de 1944, que assegurou um subsídio estatal ao preço efetivo do grão. Para além das ações de FautoGullo – então ministro da Agricultura – a situação entre o partido e os camponeses era bastante descontínua, não se conseguia uma integração orgânica entre as demandas dos trabalhadores e a política do partido, por um lado, pelas características autonomistas e até luddistas das reivindicações e por outro, devido à pressão violenta do setor agrário, que assassinou muitos trabalhadores, ameaçou o governo (incidindo principalmente junto à DC) e espalhou publicidades e calúnias contra as organizações comunistas.

Foi uma batalha rica de muitos signos: para os comunistas sobre aquele terreno, se misturava a força da linha “unitária” da “Svolta de Salerno”, internamente, contra o dissidentismo de inspiração bordighiana presente, por exemplo no messinese e no catanese, e externamente, contra o separatismo de direita e de esquerda, contra os quais cultivaram a esperança de qualquer complicação política, como uma mudança no governo, um reposicionamento ministerial com maioria dos antigos liberais e de liberistas de outrora (ALBANESE, 1944, p. 3 apud VITTORIO, 1977, p. 338).

A avaliação de que o país é simplesmente atravessado pelo jogo das forças econômicas e a pouca confiança na força dos operários faz com que Togliatti cinda as medidas democráticas daquelas socialistas, entendendo-as como pertencentes a esferas distintas, e defende as primeiras em detrimento das últimas. Em sua compreensão, transições de cunho socialista não deveriam ser defendidas – nem implementadas – pelo PCI, que deveria, ao contrário, «dar campo livre à iniciativa privada, mas exigir que haja um controle do Estado segundo um plano, que não deve ser um plano de tipo socialista, mas um plano de tipo democrático, tal que impeça o domínio da especulação e dos velhos grupos plutocráticos reacionários» (TOGLIATTI, 1946, p. 511).

¹⁰ Togliatti, Palmiro. La situazione internazionale ed interna del paese e la lotta per la democrazia e la ricostruzione. *Rapporto del compagno Togliatti al Comitato Centrale*. Roma, 18 set. 1946, IG, Archivio PCI. Verbal del comitato centrale PCI, 1946. In: Studi Storici. Anno 32, apr – giu 1991, p. 495-527.

Para Togliatti, a utilização desta política é uma estratégia refinada de conquista do poder: o problema da colaboração com o governo não pode ser «um princípio, mas um expediente tático, um instrumento de realização da nossa política e nada mais» (idem, ibidem, p. 515). Discorda daqueles setores meridionais que compreendem o governo como a ação mais importante, defendendo uma “ação dúplice”, onde por um lado se desenvolve uma ação governativa e por outro, ações em favor das massas, pretendendo que quando surgirem novas ocupações, o partido atue pressionando o governo internamente. Assim, para ele, «existe sempre a possibilidade de desenvolver uma ação de massa paralelamente à ação governativa». A negativa de tudo isso aparece em seu balanço sobre a capacidade de dirigir as massas, reconhecendo gravíssimas deficiências organizativas do partido para influenciar os trabalhadores em cada vila, e colocando claramente a escassa eficácia de um partido com dois milhões de filiados (idem, ibidem, p. 516-519).

Meridional e ocidental

Os 'Decretos Gullo', foram leis que estabeleceram critérios para ocupação de terras incultas ou mal cultivadas (Decreto Legislativo Luogotenenziale de 19 de outubro de 1944 n. 384). O historiador Paul Ginsborg sublinha que essa legislação era a tentativa dos comunistas avançarem na via das reformas: tratava-se de um projeto complexo de reformar os pactos agrários, de modo a garantir aos camponeses pelo menos metade da produção, permitir a ocupação de terras incultas ou malcultivadas, incentivar a organização de cooperativas agrícolas de produção, eliminando a existência de intermediários entre os camponeses e os proprietários, a figura do *gabellotti*, especialmente na Sicília. Para o autor, esta legislação trazia «claramente aspectos utopísticos, como a abolição da intermediação, que aparecia, contudo, improvável fora do influxo de uma revolução socialista». Os trâmites de discussão, aprovação e implementação dos decretos produziram um resultado final distante da proposta inicial, assinada por Gullo.¹¹ No entanto, a legislação provocou uma adesão dos camponeses, que passaram a ser profundamente legalistas, pois o Estado havia incorporado algumas de suas demandas. Por outro lado, a imposição jurídica da organização foi entendida como um importante incentivo à mobilização e a organização, superando pela lei as ideias autonomistas e separatistas (cf. GINSBORG, 1996).

¹¹ Para acesso ao texto do decreto: <http://archivio.camera.it/resources/atc02/pdf/CD1400000071.pdf>

Para a versão revisada e alterada pelo conselho ministerial:

[http://www.senato.it/documenti/repository/leggi_e_documenti/raccoltenormative/27%20-](http://www.senato.it/documenti/repository/leggi_e_documenti/raccoltenormative/27%20-%20Consulta%20Nazionale/Documenti/Prov.leg.N.025%20del%2005%20novembre%201945.pdf)

[%20Consulta%20Nazionale/Documenti/Prov.leg.N.025%20del%2005%20novembre%201945.pdf](http://www.senato.it/documenti/repository/leggi_e_documenti/raccoltenormative/27%20-%20Consulta%20Nazionale/Documenti/Prov.leg.N.025%20del%2005%20novembre%201945.pdf)

<http://wiki-cost.criad.unibo.it/content/view/full/2670/%28year%29/1946/%28month%29/07>.

Por exemplo, no documento de revisão do Decreto Gullo, expedido pela ordem de Umberto de Savoia, no Art 1 se incorpora a figura do “conselheiro”, delegado pelo presidente do tribunal, e se estabelece três reuniões para cada processo: a primeira para “elencar as instâncias”, a segunda “para as audiências” e a terceira “para as decisões”. Claramente esta incorporação textual desfavorece os camponeses e as suas mobilizações (cf. Commissione unitaria della Giustizia, agricoltura e alimentazione. Schema provvedimento legislativo. 5 nov. 1945).

As lutas então se desenhavam em diferentes fronts, sobre os contratos agrários, sobre as terras incultas e sobre a aprovação e implementação da lei. Entre 1944 e 1949, estima-se que existiam na região da Sicília, Calabria e Lazio, cerca de 1187 cooperativas, das quais faziam parte 250 mil membros. As terras conquistadas com estas organizações tinham 165 mil ha. Estas desapropriações foram a causa principal da reação violenta dos setores agrários contra Gullo e o ministério do PCI. Aliados com a DC e o PLI, os agrários impuseram importantes modificações no decreto, como a introdução de uma comissão que decidiria sobre a legitimidade da ocupação da terra, composta pelo presidente da Corte d'Appello, um representante dos proprietários e um dos camponeses, medida que claramente desfavorecia os camponeses, pois a maioria da comissão era legalmente instituída contra os mesmos.

O ano de 1947 é marcado também pela aprovação do Plano Marshall, favorecendo a repressão econômica na Europa, e em março, ocorre a inclusão da Itália no tratado de Bretton Woods e no FMI, em troca de um financiamento de 300 milhões de dólares. Entre março e junho, ocorrem dois aumentos significativos nos preços das commodities e também de outros itens indispensáveis como eletricidade, gás, passagens ferroviárias, selos. A pressão interna sobre a direção do partido aumenta, com amplos setores defendendo – na prática – ações diretas. Togliatti mantém a linha da legalidade na reunião do comitê central ocorrida em 01 de julho de 1947. Paralelamente, este ano marca o avanço da reação das forças conservadoras e a crescente perseguição dos comunistas e dos movimentos sociais. Para o historiador Collotti, o partido torna-se cada vez mais monolítico, chegando a ser “caricatural”:

a preocupação de mostrar unidade a todo custo, e a projeção vertical do conceito mesmo de unidade, de sublinhar a todo custo a continuidade na história do partido, não só impediu que se desse conta tempestivamente de uma articulação mais ágil e verdadeira, mas também fez com que cada viragem interna fosse vista inadequada e (...) improvisadamente (COLLOTTI, p. 96 apud AGOSTI, 1989, p. 54).

Para Togliatti, o apoio aos decretos de Gullo estava submetido à preservação da aliança com a DC. Enquanto Li Causi colocava em questão o direito de propriedade, confrontando-se abertamente com os cristãos em relação à política meridional, o apoio da direção do PCI às medidas objetivas de desapropriação dos latifúndios foi reduzido ao internismo dos setores minoritários na direção do partido. Segundo Donatella Carpita, a legislação de Gullo foi respondida com uma forte reação, prevalentemente da DC e do PLI, que acentuou o peso interno das correntes mais conservadoras no governo, apoiadas também pela máfia. Em 12 de julho de 1946, De

Gasperi substituiu Gullo pelo latifundiário democristão Antonio Segni: «o espaço para realizar aquelas indicações de reforma se reduzirá até desaparecer» (CARPITA, s/d, p. 12).¹²

Antonio Segni mudou parte da legislação de Gullo com dois decretos que davam aos proprietários o direito de reivindicar terras ocupadas pelos camponeses, e de fato, os agrários empreenderam uma grande ofensiva contra os trabalhadores e sobretudo, contra as cooperativas, de forma que uma parte importante das terras conquistadas foram perdidas. Para Ginsborg, Segni reassegurou as elites meridionais e depois das eleições de 1948, recuperou para estas os terrenos que “havam perdido” no Mezzogiorno, aprofundando o processo de concentração fundiária no país e impondo uma estação de refluxo às lutas camponesas, que se perpetuou até 1949, quando uma nova onda de ascensos de massas acirrou novamente as lutas na região. Com isso, Segni conquistava dos sindicatos a 'intermediação' entre os trabalhadores e os proprietários, assegurando que passasse pela DC as definições contratuais do país. Paralelo a este refluxo, Cassese mostra que nos anos sucessivos, ocorreu um processo de meridionalização da burocracia, ou seja, a incorporação dos dirigentes meridionais nos quadros burocráticos superiores passa de 23% a 56% em 1954, e continua a crescer até atingir uma média de 62 a 65% (CASSESE, 1977, p. 84).

Como explicação para o incompleto desenvolvimento italiano, a contradição entre o desenvolvimento de um mercado interno e do mercado global pode hoje, ser vista como fraca. A desmilitarização das forças da resistência possibilitou que a vanguarda da democracia fosse constituída justamente pela burguesia internacionalista e as forças armadas tradicionais, ainda fascistizadas. A antítese proposta pelos comunistas não foi capaz de superar a organização democristã, que coordenou efetivamente a política econômica ocidentalizada. Privilegiando a unidade com os democristãos e a pequena burguesia, a direção majoritária do PCI derrotou as diferentes posições internas no partido e submeteu organizativamente as lutas camponesas à ordem burguesa forjando um apassivamento junto às massas. Os estágios de desenvolvimento, industrialização e os problemas específicos de cada região italiana, assim como as formas do partido, das lutas e as pautas em torno das quais se davam as manifestações eram muito variadas.

Bibliografia

AA.VV. *Il Partito Comunista Italiano – Struttura e storia dell'organizzazione (1921-1979)*. a cura di Massimo Ilardi e Aris Accornero. Annali. Milano: Fondazione Giangiacomo Feltrinelli, 1982.

¹² http://osp.provincia.pisa.it/cds/gestione_cds/quaderni/q7_cap2.pdf

BERNARDI, Emanuele. Il PCI e la DC di fronte allariforma agraria: un “dialogo” interrotto (1944-47). In: *1945-1946 – Le origini della Repubblica*, a cura de G. Monina, Rubbettino, SoveriaMannelli, 2008, p. 277-308.

CARPITA, Donatella. *Problemeconomicidell'Italia liberata*.

In: http://osp.provincia.pisa.it/cds/gestione_cds/quaderni/q7_cap2.pdf

CASSESE, Sabino. *Questione amministrativa e questione meridionale – Dimensioni e reclutamentodellaburocraziadall'unità ad oggi*. Giufrè, 1977.

CASTRONOVO, Valerio. Cultura e sviluppoindustriale. In: VIVANTI, Corrado (a cura di). *Storia d'Italia*. Annali4. Intellettuali e potere. Torino: Giulio Einaudi, 1981 (p. 1261-1296).

DE FELICE, Franco. Togliatti e la costruzione del partito nuovo nel Mezzogiorno. In: AA.VV. *Togliatti e il Mezzogiorno*. Attidelconvegnotenuto a Bari (2- 4 nov. 1975) a cura di Franco De Felice. Roma: Riuniti, 1977 (p.35-112).

GALLERANO, Nicola. L'organizzazione del Partito nel Mezzogiorno (1943-1947). In: AA.VV. *Il Partito Comunista Italiano – Struttura e storia dell'organizzazione (1921-1979)*. a cura di Massimo Ilardi e Aris Accornero. Annali della Fondazione Giangiacomo Feltrinelli. Milano: Feltrinelli, 1982.

GINSBORG, Paul. *Storia d'Italia dal dopoguerra a oggi*. Torino: Einaudi, 1989.

LI CAUSI, Girolamo. *Scritti i discorsi*. A cura di Giuseppe Cardaci. Palermo: Istituto Gramsci Siciliano, 1946.

MACALUSO, Emanuele. Le conferenze agrarie. In: AA.VV. *Il Partito Comunista Italiano – Struttura e storia dell'organizzazione (1921-1979)*. a cura di Massimo Ilardi e Aris Accornero. Annali. Milano: Fondazione Giangiacomo Feltrinelli, 1982.

MAGRI, Lucio. *El sartre de Ulm - el comunismo del siglo XX: hechos y reflexiones*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

PACI, Deborah e PIETRANCOSTA, Fausto. Il separatismo siciliano (1943-1947). *Diacronie*. Studi di Storia Contemporanea. N.3. V. 2. 2010.

PIETRANCOSTA, Fausto. Alle origini della Sicilia contemporanea. Il secondo dopoguerra tra separatismo e vocazione autonomista: contesto storico e riflessi politico-istituzionali. *Diacronie - Studi di Storia Contemporanea*. N. 3 V.2, 2010, p. 1-13.

VITTORIO, Tino. Movimento contadino e PCI in Sicilia (1943-1947). In: AA.VV. *Togliatti e il Mezzogiorno*. Attidelconvegnotenuto a Bari (2- 4 nov. 1975) a cura di Franco De Felice. Roma: Riuniti, 1977 (p.333- 355).